

JORNAL

AD UNICAMP

PUBLICAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO DE DOCENTES DA UNICAMP — CAMPINAS, SÃO PAULO — ANO XV - SETEMBRO/1997

OS IMPACTOS DO NEOLIBERALISMO — E DO PRONEX — NA UNIVERSIDADE BRASILEIRA

PÁGINAS 6 A 11



Ivan Valente (à dir.) durante lançamento da Frente Parlamentar em Defesa da C&T

ENTREVISTA COM O DEPUTADO IVAN VALENTE

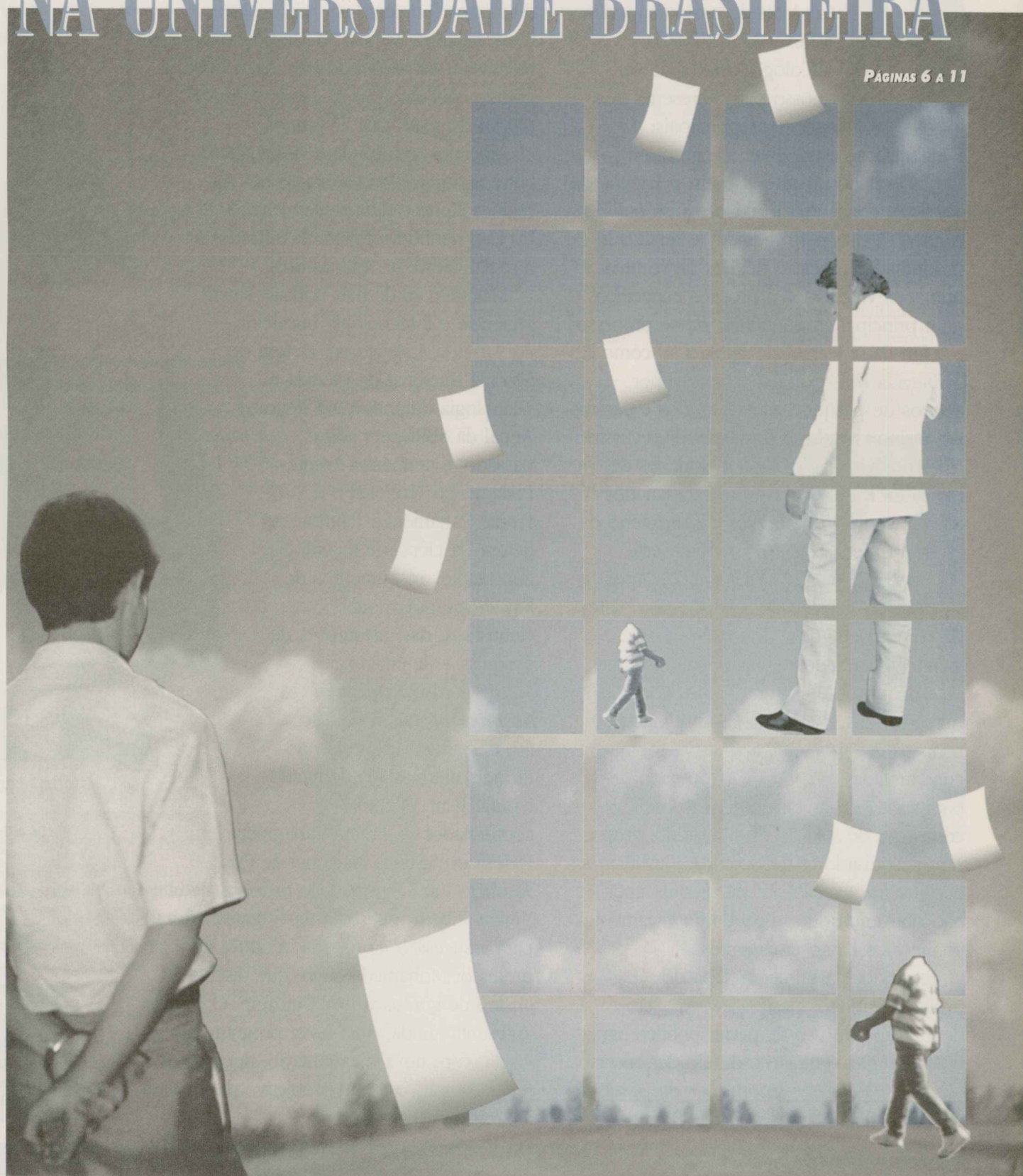
PÁGINAS 4 E 5

SAÍDAS PARA O ENSINO DE GRADUAÇÃO NA UNICAMP

PÁGINA 3

A SUCESSÃO PARA A REITORIA E AS REGRAS ELEITORAIS

PÁGINA 12



A PESQUISA E O CARÁTER EXCLUDENTE DO PRONEX

A adoção gradativa de um modelo de gestão empresarial nas instituições federais e estaduais de ensino superior, reflexo do avanço da ideologia neoliberal em nosso país, apresenta três aspectos principais: dissociação entre ensino e pesquisa, transformando a extensão em prestação de serviços; concentração da pesquisa em centros de alta performance de qualidade e produtividade; gestão flexível de recursos humanos vinculados a projetos específicos.

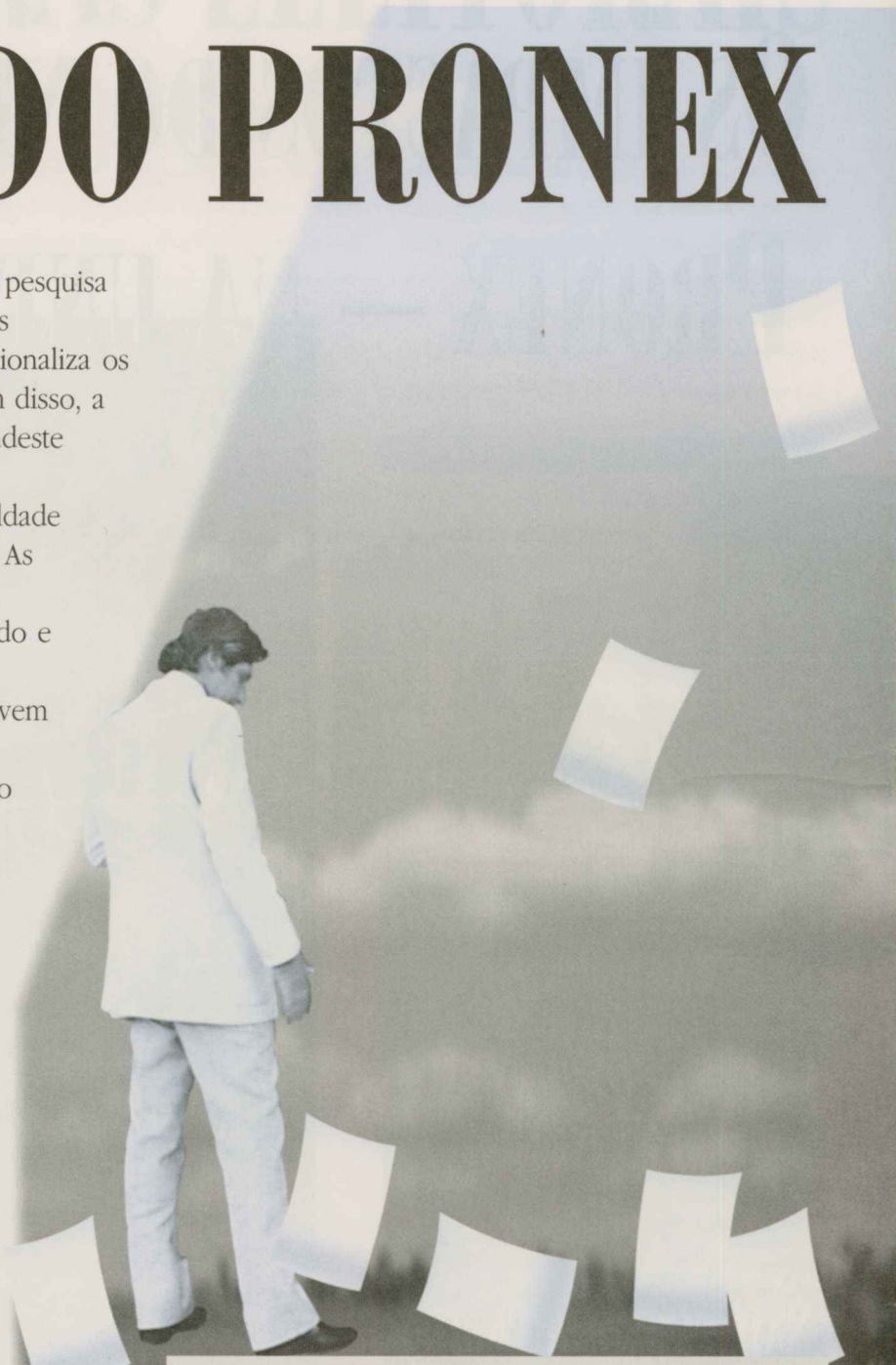
A principal consequência desse processo é o fim da universidade pública tal como é conhecida hoje e sua substituição por centros de pesquisa especializados e centros de ensino voltados à formação de recursos humanos vinculados às necessidades de mercado. E um dos instrumentos criados pelo governo FHC, através do Ministério da Ciência e Tecnologia, para atingir este objetivo, é o Pronex - Programa de Apoio a Núcleos de Excelência. Segundo boa parte da comunidade científica, o Pronex é altamente excludente: acaba criando uma elite dentro de uma elite. Vamos aos números: das 451 propostas candidatas aos recursos do programa, apenas 77 foram contempladas, ou 17,1%. As outras 374 equipes não passaram no crivo das comissões de seleção do Ministério, grupos sem pesquisadores de peso para justificar a designação "excelência" ou os que ainda não obtiveram outro tipo de financiamento, conhecidos como emergentes.

Excluídos da primeira etapa do programa, muitos pesquisadores estão denunciando o uso de poder político para obtenção das verbas e o desvio dos recursos das universidades e instituições de pesquisa para beneficiar alguns poucos. O grande

problema do Pronex, na visão da Adunicamp, é que ele autonomiza os grupos de pesquisa de alta performance em relação às universidades, ou seja, desinstitucionaliza os recursos e os pesquisadores. Além disso, a grande concentração na região Sudeste (80,5% do total) dos 77 grupos classificados aprofunda a desigualdade entre as universidades brasileiras. As regiões Norte e Centro-Oeste não tiveram nenhum projeto classificado e a região Nordeste apenas dois.

Mas nem só de más notícias vivem a ciência e a tecnologia brasileira. Foi lançada a Frente em Defesa do Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia durante a 49ª Reunião Anual da SBPC, em julho passado, e também a Frente Parlamentar Nacional e a Frente Parlamentar Paulista em defesa da ciência e tecnologia, importantes instrumentos de luta de pesquisadores, cientistas e das instituições de pesquisa e de ensino.

Nesta edição o **Jornal Adunicamp**, além de discutir em três artigos a questão do Pronex, entrevista o deputado federal Ivan Valente, coordenador da Frente Parlamentar em Defesa do Sistema Nacional de C&T. Também traz um artigo do professor Raul Vinhas Ribeiro que trata das regras eleitorais para a sucessão na reitoria, e outro, do professor Mohamed Habib, que discute o ensino de graduação na Unicamp. O Jornal apresenta, ainda, uma nova programação visual, com nova diagramação, tipografia e recursos gráficos, com o objetivo de tornar a leitura mais agradável.



ASSOCIAÇÃO DE DOCENTES DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
A D U N I C A M P

Cidade Universitária "Zeferino Vaz" - Caixa Postal 6158 - Campinas/SP
CEP 13081-970 - Fone/fax (019) 239-1148 / 239-5229

DIRETORIA: Lino Castellani Filho, *presidente*; Néelson Rodrigues dos Santos, *1º vice-presidente*; Osmar de O. Marchese, *2º vice-presidente*; Wilmar da Rocha D'Angelis, *1º secretário*; Maria Elisabete S. Tocchini, *2º Secretário*; Alba Regina Monteiro S. Brito, *1º tesoureiro*; José Luiz A. de O. Sousa, *2º tesoureiro*; Regina Maria de Souza, *diretor administrativo*; Carlos R. de Souza, *diretor de imprensa*; José Roberto Zan, *diretor cultural*.

JORNAL ADUNICAMP - Setembro/1997

Diretor de imprensa: Carlos R. de Souza; *Editor*: Mário Martins Rios (Mtb. 17.287); *Secretaria de redação*: Roseli Coutinho dos Santos; *Ilustrações*: João Mauro Assis; *Editoração eletrônica*: Lettera Comunicação; *Distribuição*: Roberto Munhoz e Wagner Pedroso. *Tiragem*: 3.500 exemplares. Distribuição gratuita.

O JORNAL ADUNICAMP é uma publicação da Associação de Docentes da Universidade Estadual de Campinas destinado aos associados. Os artigos assinados não refletem necessariamente o pensamento da diretoria da entidade e são de responsabilidade dos autores.

Nem a nossa jovem Unicamp escapou da doença que atingiu várias outras instituições de Ensino e Pesquisa, e que inclusive se manifesta em países centrais ou desenvolvidos. Fico com a impressão de que isso foi mais uma receita copiada equivocadamente, sem sequer pensar-se em possíveis

conseqüências negativas que poderiam comprometer tais instituições ou ameaçar o sonho do desenvolvimento brasileiro. Cultivou-se uma filosofia nas últimas duas a três décadas que foi simplesmente desastrosa para a graduação, tendo como vítimas professores, alunos e a própria sociedade.

Para os dirigentes das grandes universidades brasileiras, copiadore dessa filosofia, a pesquisa é o que importa nas atividades profissionais do docente universitário. E este princípio foi a bússola que orientou os dirigentes e administradores, inclusive da nossa Universidade. Um princípio tão forte que nas avaliações dos relatórios de atividades, dos processos de promoções e concursos e até nas premiações, a excelência acadêmica do docente é medida apenas pelo número de "papers", pelo número de projetos financiados e pelo valor monetário dos auxílios recebidos.

Com a deterioração salarial e a queda do poder aquisitivo, essas exigências resultaram, simplesmente, numa pressão violenta sobre o corpo docente das Universidades Paulistas, fazendo com que

vários professores investissem a maior parte de sua energia e de seu tempo na produção de publicações em periódicos científicos, restando muito pouco tempo e escassa energia

para aquela atividade chamada Ensino, que passou a não fazer parte das preocupações dessas universidades de concepção equivocada. Com essa pressão e com essa corrida infernal, chegamos a ouvir docentes dizendo, por exemplo, que a Unicamp seria ótima se ela não tivesse ensino. Qual seria a disposição desse docente para dar uma boa aula, e qual seria o impacto de sua aula sobre o aluno?

Os que traçaram a política de Pesquisa e de Ensino superior no Brasil nas últimas duas décadas, esqueceram totalmente que antes de ser uma exigência legal, a função de formação de recursos humanos pela Universidade é uma questão de lógica. E que os formados devem ser altamente qualificados. É o que a sociedade espera receber no final de cada ano para assegurar o seu desenvolvimento, uma vez que essa mesma sociedade é que sustenta essas instituições. É obvio que a pesquisa é a base essencial para o progresso científico e tecnológico de toda e qualquer sociedade. Como também é sabido que a pesquisa na Universidade é fundamental para qualificar e atualizar sempre o docente, inclusive para aprimorar as suas capacidades didáticas e os seus conhecimentos para assegurar um ensino melhor e formação de profissionais capazes de enfrentar os desafios no mercado de trabalho. No entanto, perdeu-se a noção de equilíbrio na avaliação das atividades e na cobrança do desempenho dos docentes entre as três funções básicas: Ensino, Pesquisa e Extensão.

A deterioração salarial nos últimos anos, a desconfiança e insegurança dos docentes em relação ao amanhã e as medidas que os governantes vêm adotando em relação às universidades, levaram ao desenvolvimento de uma postura na qual vários do-

ENSINO DE GRADUAÇÃO NA UNICAMP

Mohamed Habib

centes começaram a correr contra o tempo para desenvolver uma carreira capaz de recuperar uma parte das perdas salariais, seguindo a norma da instituição, produzindo "papers", já que o ensino não lhe oferece essa possibilidade. E, assim, a Universidade perdeu a qualidade de uma das suas grandes funções sociais. O pouco que sobrou de atuação respeitada na Graduação, deve-se muito à persistência e à luta de alguns docentes que ainda acreditam nesse ideal e de alguns Coordenadores e raros Pró-Reitores de Graduação dessas universidades.

Até no campo de pesquisa, pelos mesmos motivos, perdeu-se parcialmente o rumo no planejamento e na execução das investigações científicas. Não importa mais, para alguns docentes, o porquê e para que. O importante é que a pesquisa seja rápida, exequível, e publicável em periódicos indexados. Isto é, fazer por fazer. Há professores ainda que procuram seguir as diretrizes de alguns dos grandes centros de pesquisa no exterior, o que facilita, inclusive, a publicação dos seus artigos, independentemente se esses derem ou não retorno para a sociedade brasileira. Chegamos até ao absurdo de criticar, por exemplo, colegas por publicarem no Brasil os seus trabalhos de agro-ecologia. Esqueceram que o nosso Brasil neotropical tem as suas particularidades ecológicas e que os estudos aqui realizados são mais de interesse da nossa sociedade. Nas ciências exatas a situação é diferente e o fato não se altera em função do tipo do ambiente.

Nem a terceira função, a Extensão, foi poupada. Confundiu-se Extensão com prestação de serviço. Transformamos os nossos laboratórios em instâncias de apoio às grandes indústrias, sempre em busca de recursos financeiros. Pouco é feito para levar os nossos conhecimentos à sociedade. Qualificar profissionais já atuantes nas áreas sociais é insignificante, perante o potencial das grandes Universidades Paulistas. A maioria de tais profissionais formou-se em faculdades particulares de qualidade bastante questionável, como por exemplo nas áreas de Educação e Saúde. E, quando é feito algum esforço nesse sentido, com o sacrifício de alguns docentes das Universidades Paulistas, que ainda car-

regam esse ideal no seu coração, a burocracia vem sempre para destruir esse tipo de projeto ou de iniciativa.

Assim, os nossos dirigentes, perdendo a noção das funções sociais básicas das universidades, principalmente as públicas, e não querendo assumir posicionamentos divergentes dos governantes (aliás, comportando-se mais como seus representantes junto a essas instituições) acabaram decepcionando a sociedade que com bastante dificuldade nos sustenta. E, por isso torna-se até fácil compreender a não participação efetiva dessas instituições na resolução dos problemas vividos pela sociedade brasileira, como por exemplo, desemprego, desnutrição, miséria, criminalidade, drogas, poluição, saneamento, habitação, transporte coletivo, estradas e rodovias, saúde pública, doenças epidêmicas, insegurança, desesperança, e outros. Qual foi a nossa parcela de responsabilidade para que isto não acontecesse. Qual foi a nossa contribuição para sair deste caos sócio-econômico. Podemos até dizer que a culpa foi dos governos anteriores. No entanto, nunca nos manifestamos eficientemente, nem antes, nem durante, e nem depois. Os jovens brasileiros que, inclusive, receberam grandes investimentos para a sua formação, desesperançosos, estão partindo para outros países em busca de uma vida melhor, sujeitando-se a sofrimentos e humilhações, já que o Brasil novo não está oferecendo absolutamente nada. E o pior é que houve pouca preocupação com a construção da cidadania durante os diferentes níveis de Ensino, inclusive durante os cursos de Graduação, agravando mais o quadro em nível nacional.

É uma pena que as universidades tenham caído nesta armadilha, ou no mínimo neste equívoco, e tenham perdido essa grande oportunidade. Bastava formar, através de bons cursos de Graduação, profissionais cidadãos habilitados para ocupar os seus postos de trabalho dentro de um projeto de desenvolvimento nacional, o qual poderia ser elaborado por estrategistas e pesquisadores que se sentiriam honrados de serem brasileiros e buscariam um Brasil soberano.

É claro que há possibilidades de sair dessa situação e salvar o Ensino de Graduação das Universidades Paulistas, incluindo o da Unicamp. O primeiro passo seria uma mudança significativa na concepção dessas instituições, sustentada por uma política de valorização urgente das atividades dos docentes no Ensino de Graduação. E isso significa, em outras palavras, um reconhecimento verdadeiro dessas atividades quando apresentadas nos relatórios periódicos e nos processos de progressão na carreira. Nunca ouvimos falar, por exemplo, de um docente que tenha recebido o Prêmio de Reconhecimento Acadêmico "Zeferino Vaz" pela sua excelente atuação no Ensino. O reconhecimento, também, significa respeito àqueles docentes que com toda boa vontade carregam os cursos noturnos e recebem uma complementação, aliás uma humilhação monetária, que varia de R\$ 10,00 a R\$ 30,00 por mês.

Investir nas condições básicas e infra-estruturais de trabalho de Graduação é mais um requisito. Houve melhora, porém ainda estamos muito longe do ideal. Necessitamos de salas de aula adequadas, laboratórios equipados, instrumentos, vidrarias e outros. Recursos para aulas no campo e excursões são indispensáveis para alguns cursos de Graduação. Melhorar as condições para termos de fato cursos noturnos e não "aulas à noite" numa universidade semi-abandonada. E dar segurança e tranquilidade para os alunos e profissionais desse período é uma das reivindicações de todos.

Esses passos estratégicos devem ser inseridos dentro de um grande Projeto de Graduação, baseado na realidade da sociedade e de suas necessidades, e elaborado com a participação do corpo docente, dos estudantes e representantes da comunidade externa (população, Legislativo e Executivo). Esse tipo de integração é fundamental, inclusive, para traçar as políticas de criação de novos cursos e de ampliação de vagas nos já existentes.

Assim, cada componente teria a sua parcela de compromisso e de responsabilidade para garantir o maior êxito dos programas de Ensino de Graduação. Anualmente, através de um seminário envolvendo toda a Universidade, tal projeto passaria por ajustes, correções e avaliações. O cotidiano da sociedade é dinâmico e os cursos devem acompanhá-lo com um dinamismo equivalente. Por isso é natural que propostas adaptativas possam surgir nesse tipo de seminário.

Os alunos podem ser vistos por alguém simplesmente como o produto final da atuação das universidades. Seria mais um erro. Esses jovens, de maior sensibilidade e independência, devem ser tratados como parceiros efetivos no desenvolvimento do processo, pois enfrentando a vida real, eles terão a responsabilidade de,

além de corrigir os nossos erros, preparar este mundo para receber futuras gerações numa situação melhor do que aquela na qual eles foram recebidos. Assim eu penso.

"... perdeu-se a noção de equilíbrio na cobrança de desempenho dos docentes entre as três funções: Ensino, Pesquisa e Extensão."

"O primeiro passo seria uma mudança na concepção dessas instituições, sustentada por uma política de valorização das atividades dos docentes no Ensino de Graduação."

Mohamed Habib é professor do Instituto de Biologia e representante docente MS-6 no Consu

Ivan Valente:
 “é preciso resistir à
 política de
 sucateamento da
 C&T brasileira”



“Para reverter o quadro de sucateamento do setor de ciência e tecnologia não há como reinventar a roda. O caminho é o da organização e da mobilização dos segmentos envolvidos, para sensibilizar o conjunto da sociedade e arrancar do governo uma política que efetivamente avance na direção da superação do atual estado de coisas”, defende Ivan Valente, coordenador da Frente Parlamentar em Defesa do Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia, e deputado federal pelo PT de São Paulo. Em sua atuação, Ivan Valente tem buscado combinar a intervenção nos grandes temas gerais do País com uma ação específica nas áreas de educação, meio ambiente e ciência e tecnologia. Também tem desenvolvido intenso debate com o governo sobre o conteúdo e pertinência das políticas educacionais – municipalização do ensino fundamental, mudanças no ensino técnico, autonomia universitária, etc – que estão sendo implementadas atualmente

A Frente Parlamentar Nacional nasceu no interior da Frente em Defesa do Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia, lançada durante a 49ª Reunião Anual da SBPC, em julho passado, que também já motivou a criação da Frente Parlamentar Paulista em Defesa da C&T, no final de agosto.

Nesta entrevista ao *Jornal Adunicamp*, o deputado fala do papel que a Frente Parlamentar pode vir a desempenhar como interlocutora entre a sociedade civil e o Poder Executivo, e na elaboração de uma política alternativa de ciência e tecnologia para o país.

JORNAL ADUNICAMP - Por que criar uma Frente Parlamentar em defesa da ciência e tecnologia? O que realmente está correndo perigo e precisa ser defendido? A Frente Parlamentar poderá vir a formular uma política alternativa para o setor em relação ao governo FHC?

IVAN VALENTE - A Frente Parlamentar em Defesa do Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia pretende ser um instrumento a serviço da luta dos pesquisadores, dos cientistas, das instituições de pesquisa e de ensino, da sociedade brasileira, enfim, no sentido da resistência à política - funcional ao capital financeiro internacional - que vem sucateando o patrimônio e o acúmulo que o nosso País já conquistou nessa área, bem como colocando em risco a existência das instituições voltadas para essas atividades. Essa política parte do pressuposto (conforme declarações das autoridades governamentais, especialmente do ministro Paulo Renato Souza) de que, no chamado mundo da “globalização”, países como o Brasil não devem pretender produzir ciência e tecnologia autonomamente, limitando-se a consumir os produtos oferecidos pelas corporações transnacionais.

É preciso destacar, nesta altura, que a Frente Parlamentar pretende ser a expressão, no âmbito do Poder Legislativo, de um movimento mais amplo da sociedade denominado Frente em Defesa do Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia. Com esta dimensão do seu (da Frente Parlamentar)

“... a Frente Parlamentar pretende ser a expressão, no âmbito do Poder Legislativo, de um movimento mais amplo da sociedade...”

raio de ação, de sua abrangência e de sua interlocução com os diversos segmentos sociais e com representantes de outros poderes, a Frente Parlamentar coloca como um de seus objetivos colaborar para a elaboração, pelos diversos setores in-

teressados, de uma política alternativa de ciência e tecnologia para o País. Podemos considerar um passo inicial nessa perspectiva, a realização do Seminário sobre Política Nacional de Ciência e Tecnologia, na Câmara dos Deputados, no dia 18 e 19 de junho, quando foi levantado um amplo painel da situação do setor.

J. A. - A Frente Parlamentar vai procurar informar aos parlamentares sobre o que se produz em termos de conhecimento científico e tecnológico pelas universidades e centros de pesquisa do país? Muitas vezes percebe-se uma certa desinformação sobre a qualidade e competência da produção científica brasileira por parte da classe política.

I. V. - É correta a preocupação que a pergunta envolve. Podemos dizer que o conjunto da Frente Parlamentar tem desenvolvido um esforço claro nessa direção. Exemplo disso foi a realização do seminário a que me referi anteriormente, precedido de um bom trabalho de divulgação entre os Congressistas. É nossa intenção produzir a médio prazo, junto com cientistas e pesquisadores, um diagnóstico da situação da ciência no Brasil, bem como procurar desenvolver permanentemente informação aos parlamentares sobre o assunto.

J. A. - Como poderia se dar a interação entre a comunidade científica nacional e os parlamentares e qual o papel da Frente nesse sentido?

I. V. - A Frente Parlamentar foi o primeiro passo em termos de articulação organizada que emergiu no interior do movimento de constituição da Frente em Defesa do Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia. Ela nasceu justamente do contato que

este parlamentar, mas, também, vários outros, mantém com as demandas das áreas das universidades e de outras instituições de pesquisa. Neste sentido a Frente deverá ser um ponto de convergência e de ampliação da voz dos segmentos envolvidos com a

“CIÊNCIA E TECNOLOGIA NÃO SÃO PRIORIDADES PARA O GOVERNO FHC”

C & T. Com a constituição da Frente Nacional e com o fato da Frente Parlamentar ser, digamos assim, um braço institucional desse movimento, penso que as coisas ficam mais fáceis em termos de articulação.

J. A. - Além da Frente Nacional, várias frentes parlamentares estaduais estão sendo criadas. Como será feita a articulação política entre elas?

I. V. - Entendo que as frentes estaduais são espaços que desdobram, dinamizam e aprofundam em nível estadual toda a movimentação que envolve as atividades da Frente Nacional. Isso não quer dizer que as frentes estaduais sejam simples apêndices, sem vida própria, da Frente Nacional. Ao contrário, elas contribuirão para que o movimento dê um salto de qualidade na medida em que articulem autonomamente as iniciativas mais compatíveis com as diversas realidades no âmbito de cada unidade da Federação. Pelas notícias de que disponho foi criada a Frente Parlamentar Estadual apenas no estado de São Paulo. O lançamento da Frente Estadual (que é a articulação da sociedade civil) ainda não se verificou. Tenho notícias de articulação nessa direção, com diferentes estágios de movimentação, nos estados do Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Rio de Janeiro. De outro lado, o interesse despertado por esse movimento tem sido grande. Nosso escritório em São Paulo e nosso gabinete na Câmara recebem solicitações de todo o país e temos sido informados de que a SBPC, por exemplo, vem recebendo demandas a respeito do movimento, por telefone, correspondência e principalmente via Internet.

J. A. - Do ponto de vista da Frente Parlamentar, quais os pontos em que o governo FHC está errando no desenvolvimento de sua política para o desenvolvimento científico? Ou toda a política federal está equivocada?

I. V. - A Frente Parlamentar, como o nome sugere, é uma articulação supra-partidária e uma construção politicamente delicada. Nesse sentido, a Frente não fixa posições globais sobre a política governamental, uma vez que em seu interior - e é vital que assim seja - existem tanto parlamentares que apóiam, quanto os que se opõem ao governo.

Respondo em meu nome pessoal, afirmando que a política científica e tecnológica de um país define se um determinado governo tem ou não um projeto de nação. Entendo que na política do governo FHC não há lugar para a construção do Brasil como nação soberana. Nesse sentido, para além da retórica em solenidades e datas comemorativas, o fato é que para este governo, C&T não são prioridades. Na prática ele trabalha no sentido de desobrigar o Estado com as tarefas de desenvolvimento científico e tecnológico e aponta como saída o investimento a ser supostamente feito pela iniciativa privada. A meu juízo (sem prejuízo de todo o estímulo que deve ser dado ao investimento privado em pesquisa), essa via constitui uma grave ilusão.

É em boa medida esse quadro que explica os frequentes cortes de verba, de bolsas de estudo, os entraves burocráticos, orçamentários, etc. Daí o sucateamento do setor. Ou seja, a política governamental é globalmente equivocada.

Para reverter esse quadro não há como reinventar a roda. O caminho é o da organização e da mobilização dos segmentos envolvidos, para sensibilizar o conjunto da sociedade e arrancar do governo uma política que efetivamente avance na direção da superação do atual estado de coisas.

J. A. - Como a Frente Parlamentar está avaliando a iniciativa do governo

FHC em criar o Pronex? É um programa coerente ou vai apenas aprofundar diferenças já existentes entre as universidades brasileiras? E também não corre o risco de desinstitucionalizar a pesquisa científica dando recursos para grupos de pesquisadores e não para as instituições, podendo privilegiar, em alguns casos, interesses pessoais?

I. V. - A Frente Parlamentar, por princípio, é favorável à aplicação de recursos na pesquisa de qualidade. Mas ela julga ser mais importante buscar recursos em quantidade maior e num leque mais amplo que o previsto em programas parciais e setorializados, como o Pronex. Trata-se de forne-

Frente é formada por parlamentares de oposição e também que apóiam o governo



cer às universidades e aos institutos de pesquisa bases infra-estruturais e permanentes de financiamento, para além das vicissitudes políticas ou econômicas. Sem isto, os projetos discretos, como o Pronex, que atingem apenas setores, de excelência, é verdade, mas limitados, tendem a não produzir frutos duradouros. Grupos de ponta devem ser incentivados, mas não sem a base de apoio coletivo que lhes dê consistência.

J. A. - Segundo o pesquisador do Instituto Agrônomo de Campinas, Antônio Carlos

Wutke, os 5,2 bilhões que o governo federal gastou no Banco Nacional dariam para manter a instituição durante 250 anos. O que

leva um governo a desmantelar uma estrutura de pesquisa centenária e que sempre obteve resultados bastante expressivos?

I. V. - Desmonta, porque como já foi dito acima, no horizonte do governo não está investir no sentido de que o nosso país seja produtor de C&T, mas precisamente eternizá-lo na condição de consumidor dos produtos científicos e tecnológicos oferecidos pelas empresas transnacionais. FHC submete-se a lógica imposta pela nova divisão internacional do trabalho, estabelecida sob a égide do capital financeiro. Segundo o que impõe o G-7, através de agências como o Banco Mundial, FMI, BID, OMC, etc., países como o Brasil não devem persis-

tir na linha de produção autônoma de conhecimento, sob pena de receberem o estigma de pretendem adotar um caminho “autárquico” (e supostamente condenado ao fracasso) de desenvolvimento, terem que lutar para romper com a dependência e de se confrontar com os países desenvolvidos, especialmente os EUA. Como se pode observar pela situação atual da C&T no Brasil, a aprovação da Lei de Patentes, por exemplo, não foi um acaso, ou algo adotado no sentido de levar o país a um patamar avançado de desenvolvimento. Ao contrário, com essa política, o nosso horizonte é o do aprofundamento da dependência e da recolonização.

J. A. - Quais são as próximas atividades programadas pela Frente Parlamentar em Defesa do Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia?

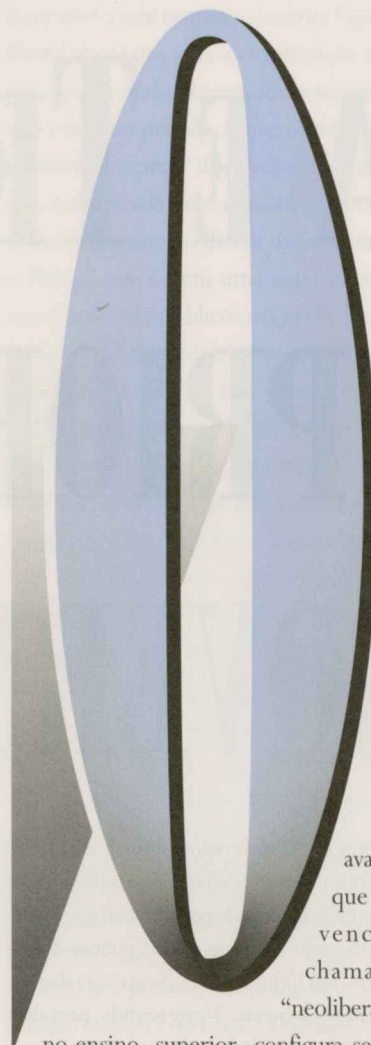
I. V. - Dentre as próximas iniciativas da Frente Parlamentar gostaria de destacar que está em curso o processo de edição das exposições realizadas no Seminário sobre a Política Nacional de C&T, de 18 e 19 de junho. Publicação que estamos nos esforçando para viabilizar e colocar ao alcance de todos os interessados. Ademais, estão programadas visitas aos centros de pesquisa e instituições de fomento. Tais atividades devem começar por São Paulo, posteriormente Rio de Janeiro e região Norte do País.

Além disso, a Frente tem procurado acompanhar os fatos relacionados com o setor, sempre que possível adotando posição, como é o caso dos possíveis cortes orçamentários relativos às bolsas para pós-graduação da Capes e do CNPq.

“... Segundo o que impõe o G-7, países como o Brasil não devem persistir na produção autônoma de conhecimento...”

Sem discutir com a sociedade ou com a comunidade científica, a exemplo de outros projetos, o Pronex (Programa de Apoio a Núcleos de Excelência) nem bem foi criado pelo governo FHC e já levanta uma série de críticas em relação aos seus critérios de seleção e quanto ao seu caráter extremamente excludente. Não que não haja diferenças entre os diversos centros de pesquisa e universidades das diversas regiões do país, mas o que tem sido questionado pela comunidade científica é o aprofundamento dessas diferenças a partir do momento em que são criadas “ilhas de excelência” formadas por grupos de pesquisadores sem vinculação a projetos institucionais mais amplos. Para se ter uma idéia do verdadeiro “apartheid geográfico” - para usar uma expressão do artigo da presidente da Andes, na página 10 - que marca o desenvolvimento científico e tecnológico no País, apenas dois projetos aprovados são da região Nordeste. Mais de 80% dos contemplados estão concentrados na região Sudeste e 16,9% na região Sul. As regiões Norte e Centro-Oeste não tiveram projetos aprovados (veja mapa na página 10). A Adunicamp, no texto “Os Impactos do Neoliberalismo no Sistema Universitário Brasileiro – Análise e Perspectivas de Enfrentamento”, redigido em conjunto com outras entidades de docentes, conclui que o Pronex é apenas mais um dos instrumentos para implantar o neoliberalismo no ensino superior brasileiro, através da aplicação de um modelo de gestão empresarial nas instituições federais e estaduais de ensino superior que deverá ter como consequência imediata o fim da universidade pública como estão definidas e concebidas hoje e sua substituição por centros de ensino voltados para a formação de recursos humanos diretamente vinculados às necessidades do mercado. Esse modelo empresarial de gestão preconizado pelo neoliberalismo do governo FHC pressupõe o fim, ou pelo menos a drástica redução, da participação do Estado no financiamento do ensino e da pesquisa, que deverá cada vez mais buscar recursos no grande capital internacional. O professor Celso Arruda, da Faculdade de Engenharia Mecânica da Unicamp, também faz uma análise do Pronex no artigo “Sua Excelência, a Universidade”, na página 11.

S IMPACTOS NEOLIB UNIVERSI ANÁLIS



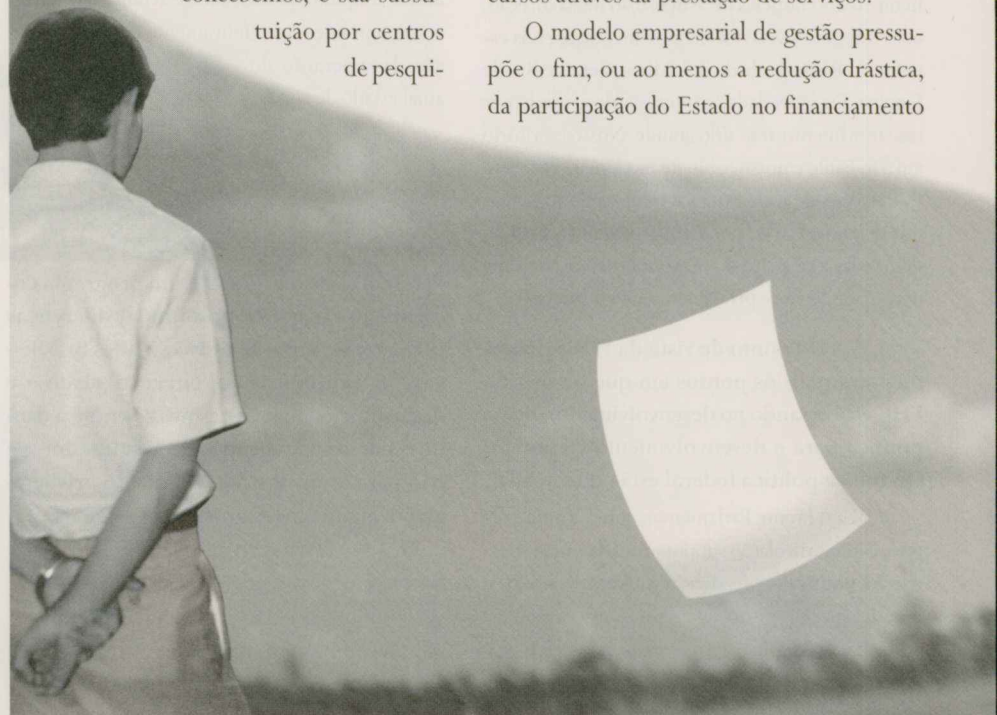
avanço do que se convencionou chamar de “neoliberalismo”

no ensino superior configura-se através da adoção de um modelo de gestão empresarial nas IFES e IEES (Instituições Federais de Ensino Superior e Instituições Estaduais de Ensino Superior). Este modelo apresenta três aspectos principais: dissociação entre ensino e pesquisa, transformando a extensão em prestação de serviços, remunerada ou não; concentração da pesquisa em centros de alta performance de qualidade e produtividade; gestão flexível de recursos humanos diretamente vinculados a projetos.

A consequência imediata desse processo é o fim da Universidade Pública, tal como a conhecemos e concebemos, e sua substituição por centros de pesqui-

sa tendencialmente especializados e centros de ensino voltados à formação de recursos humanos diretamente vinculados às necessidades do mercado. A noção de carreira docente e técnico-administrativa é substituída, nos centros de pesquisa, por métodos de contratação por projetos, cujo financiamento prevê a remuneração de pesquisadores, auxiliares e pessoal administrativo, sem vínculo trabalhista nem contrapartida financeira por parte das instituições que albergam os projetos. Nas instituições de ensino, buscar-se-á a adoção de modelos de gestão do trabalho que combinem flexibilização das relações de trabalho com possibilidades de terceirização, contratação de serviços, etc., e remuneração por critérios de mercado, levando em conta a demanda dos respectivos cursos, os níveis salariais da região, etc. A extensão poderá se converter em fonte adicional de obtenção de recursos através da prestação de serviços.

O modelo empresarial de gestão pressupõe o fim, ou ao menos a redução drástica, da participação do Estado no financiamento



DO ERALISMO NO SISTEMA TÁRIO BRASILEIRO

SE E PERSPECTIVAS DE ENFRENTAMENTO

do ensino e da pesquisa. O financiamento da pesquisa deverá provir, idealmente, do grande capital: os diversos setores da indústria financiarão as atividades voltadas aos seus respectivos setores, tal como já acontece em áreas de alta competitividade e lucratividade (por exemplo, a indústria farmacêutica) no mundo desen-

volvido. Para as instituições de ensino, adota-se um modelo de reinstitucionalização através do qual cada instituição constitui-se como empresa, com ou sem finalidades lucrativas, cabendo-lhe disputar suas fontes de custeio diretamente no mercado, junto a instituições filantrópicas, ONGs ou outras, e, certamente, cobrando por seus "serviços educacionais". No caso da pesquisa, o Estado participará, segundo seus interesses e conveniência, como cogestor de institutos especializados, ao lado de representantes da iniciativa privada.

Algumas das iniciativas do governo federal nas áreas de pesquisa e ensino superior apontam diretamente nesta perspectiva. Sublinhamos, dentre as principais: a promulgação da nova LDB (Lei de Diretrizes e Bases), seguida do Decreto nº 2.207, de 15/04/97, que regula-

menta seu cap. IV, definindo novos critérios de enquadramento e institucionalização para as atuais IES (Instituições de Ensino Superior). Segundo este Decreto, as IES deverão se

recredenciar como Universidades, Centros Universitários, Faculdades Integradas, Faculdades ou Instituições de Ensino Superior; a

adoção, com perspectivas de rápida regulamentação, do modelo das "organizações sociais", já recomendado para instituições públicas de atenção médico-hospitalar e claramente adaptado às instituições de ensino; a instituição do Pronex, levando à potencial autonomização dos grupos de pesquisa de alta performance em relação às universidades, aliada à precarização das fontes de financiamento da pesquisa "corrente" e dos grupos emergentes; o achatamento salarial sem precedentes dos salários dos docentes da rede pública, particularmente das IFES, conjunto de instituições estas que, por suas características de relativa organicidade institucional nacional, tem potencialidades de produção e difusão autônomas de conhecimento. O achatamento salarial está produzindo evasão de docentes para a rede privada, bem como a precarização de sua relação de trabalho com as IFES e IEES em benefício de alternativas de remuneração via contratos de assessoria e outros.

Especialmente no que diz respeito

ao Decreto 2.207, algumas considerações devem ser feitas em termos dos seus possíveis desdobramentos, na medida em que a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão é prevista apenas para as Universidades, as únicas que gozarão de "autonomia". Nesta perspectiva, é de se prever que grande parte do sistema deverá se constituir enquanto Centros Universitários, cujo objetivo básico é o ensino. Para estes não está prevista nenhuma autonomia nem tampouco atividades de pesquisa ou extensão, prevendo-se inclusive, no Art. 7º do Decreto, a nomeação de dirigentes pró-tempore pelo Ministério da Educação. O enquadramento em uma das modalidades previstas no Decreto deverá ser feito até dezembro de 1997.

POSSÍVEIS DESDOBRAMENTOS DESSE DECRETO

1 - Após anos de desfinanciamento do sistema federal e da maior parte dos sistemas estaduais de ensino superior, bem como de ausência de qualquer política de desenvolvimento dessas instituições, tudo leva a crer que grande parte se credenciará como Centros Universitários. Há inclusive, por parte de seus dirigentes, argumentos favoráveis a esta opção, evidentemente menos problemática dado o atual perfil acadêmico de grande parte delas. Acrescente-se a

isto o argumento populista de que o ensino traz mais dividendos e retorno social (e eleitoral!) do que a atividade científica;

2 - A inexistência de perspectivas de financiamento público para o deslocamento vertical na hierarquia prevista, ou seja, a transformação de um Centro Universitário em Universidade, por exemplo, leva a crer que a idéia básica é a do congelamento da atual estrutura - tal como preconizava o Grupo Executivo da Reforma do Ensino Superior (Projeto GERES) da gestão Marco Maciel no MEC, rechaçado pelo movimento docente;

3 - É nesta perspectiva que o fim da isonomia estrutural determinará o fim da isonomia de perspectivas (hoje já combatida!) por parte dos docentes, entre elas a salarial. É indiscutível que a concepção elitista predominante no sistema amplie a concepção já tendencialmente dominante sobre a natureza das hierarquias presentes em nossa atividade. A

"O achatamento salarial está produzindo evasão de docentes para a rede privada e precarizando sua relação de trabalho com as IFES e IEES..."

complementação salarial via bolsa, por exemplo, hoje é vista com desejo por quem não tem e com naturalidade por quem a possui. Trata-se de uma for-

ma indireta de qualificação e de reconhecimento de diferenças "naturais". No caso do novo sistema, pode-se imaginar que "naturalmente" os professores de instituições que realizem ensino-pesquisa-extensão deverão ganhar mais;

4 - É previsto que a principal justificativa na formação dos Centros Universitários está intrinsecamente ligada a determinações de

mercado: certas regiões não comportam Universidades, cuja oferta de bens culturais e científicos seria "excessiva" em relação às demandas locais. Para que, por exemplo, um Departamento de Letras Clássicas e Vernáculos em Rio Branco, ou formar intérpretes de Chopin em Boa Vista?! O mesmo critério valerá para as Universidades, cujos departamen-

tos ou grupos de pesquisa que se mostrarem menos "produtivos" (e especialmente menos capazes de captação de recursos) deverão sentir o peso da "mão invisível" tanto quanto os colegas acreanos e roraimenses;

5 - A disseminação de instituições legalmente definidas como infra-universitárias, isto é, não produtoras de conhecimento, portanto de crítica, permitirá ampla reprodução ideológica do sistema dominante. Afinal, ensinar será reproduzir, como já acontece hoje nas instituições privadas.

Essas medidas são conseqüência objetiva da redefinição do papel do Estado na economia, conseqüente à nova hegemonia configurada a partir do final da transição política. Segundo os "novos hegemônicos", o desenvolvimento econômico não está mais na dependência da ação do Estado como agente econômico ativo, e sim na das potencialidades racionalizadoras do grande capital explorando condições de mercado vantajosas. No plano do ensino superior, isto signi-

fica que não há mais lugar para a manutenção de uma rede federal de universidades "caras" e "dispendiosas", rede esta claramente associada ao período de supremacia da ideologia desenvolvimentista. Do ponto de vista dessa ideologia, especialmente de sua vertente autoritária configurada no regime militar, a constituição de uma rede nacional de IFES teria o ob-

jetivo prioritário de viabilizar a formação relativamente generalizada de grandes contingentes de quadros intelectualmente preparados que, através da seleção dos melhores, viabilizassem a consecução dos projetos estatais estratégicos que implicassem em autonomia tecnológica. A lógica de crescente qualificação dessa rede, que rapidamente ganha autonomia em relação aos propósitos do regime militar, tornando-se capaz de influenciar políticas setoriais em seu benefício, potencializando ainda mais o processo de auto-qualificação autônoma, apresenta-se, hoje, como supérflua face à ausência de projetos de desenvolvimento econômico articulados política e ideologicamente nos marcos de referência da Nação. No limite, o ponto de vista do neoliberalismo, segundo o qual os grandes complexos empresariais constituem o novo paradigma de produção do conhecimento científico, não mais justifica grandes investimentos estatais no setor, salvo através de isenções fiscais concedidas à iniciativa privada.

O avanço do neoliberalismo, no entanto, não está isento de contradições, resultantes das perspectivas, nem sempre coincidentes com seus propósitos, dos setores sociais por

ele mobilizados. O caso do PRONEX é ilustrativo a este respeito. A estrita lógica neoliberal apontaria para a constituição de grupos capazes de disputarem financiamento junto à iniciativa privada, o que obviamente determinaria o perfil dos projetos contemplados, tendencialmente capazes de possibilitar retorno econômico direto ou indireto. Ora, o Pronex não é nem uma coisa nem outra: seus fundos são públicos e o perfil dos projetos não evidencia critérios econômicos de seleção. Isto se deve ao fato de que a comunidade científica possui sólida implantação na tecno-burocracia estatal, podendo, por isto mesmo, influenciar as políticas do setor segundo sua própria lógica e seus próprios critérios. Trata-se, em suma, de uma ação corporativa cujo resultado é a manutenção de parte do compromisso do Estado no financiamento da pesquisa de qualidade e de ponta, com claros prejuízos para a lógica neoliberal. A ação destes setores é amplamente facilitada pela tecno-burocracia estatal ativamente comprometida, em parte, com a manutenção da capacidade de desenvolvimento autônomo de pesquisas, num país onde a iniciativa privada brilha por sua ausência neste campo.

Isto só é possível dado o caráter e a constituição histórica do Estado brasileiro: um Estado fortemente corporativo e oligarquizado, que se constitui como instrumento de apropriação direta do excedente social por parte dos grupos sociais que o dominam. Sua lógica de ação, portanto, tem que ser entendida prioritariamente desta perspectiva, o que significa que os possíveis elementos dinamizadores das estratégias político-econômicas globais são emasculados na sua concretização, pois esta depende de toda sorte de composições com interesses regionalizados e particularistas, quer do ponto de vista geográfico, quer do ponto de vista social. Há uma permanente tensão entre os interesses corporativos presentes no próprio aparelho do Estado e a vontade de reformas econômicas liberais, e o neoliberalismo não tem dado mostras de conseguir suprimir a tradição corporativa e oligárqui-

ca. Pelo contrário, a estratégia de aliança privilegiada com o PFL por parte da intelectualidade formuladora do neoliberalismo no Brasil, tende a reforçar a base oligárquica do Estado brasileiro e seus mecanismos de ação corporativa.

Em suma, a estratégia governamental não é unívoca nem tampouco se desenha no abstrato. Sua consecução depende de um complexo processo de envolvimento e constituição de bases sociais com interesses próprios e diferenciados, que apoiam o projeto na medida em que vêem a possibilidade de terem seus interesses imediatos contemplados, e se opõem ao projeto na mesma medida. Isto é válido sobretudo para a comunidade científica e o meio universitário em geral. Nos parece evidente que qualquer possibilidade de oposição eficaz ao projeto depende, portanto, de explorar este nível de suas fragilidades.

Tendo em vista o exposto, a estratégia de enfrentamento do neoliberalismo deve ser objeto de uma reflexão mais cuidada. Propomos que esta reflexão se desenvolva nos marcos da distinção gramsciana, já clássica, entre "guerra de movimento" e "guerra de posições", pois não se trata, ao nosso ver, apenas da necessidade de combinar as "lutas específicas" com o enfrentamento mais geral, mas

de algo mais complexo.

A aplicação gramsciana dos conceitos de "guerra de movimento" e "guerra de posições" à luta política é conhecida. O primeiro termo designa para Gramsci o enfrentamento

direto para a tomada do poder, enquanto o segundo designa a conquista "lenta" de "posições" na superestrutura da sociedade de forma a "isolar" o adversário. Trata-se, no segundo caso, de enfatizar a luta de idéias e o enfrentamento ideológico, combinados à iniciativas políticas que desalojem ou enfraqueçam o adversário em suas posições de mando no complexo tecido da superestrutura social. É, em suma, uma concepção mais complexa da luta política, voltando-a à dissolução do bloco histórico dominante, o que não tem absolutamente nada a ver com imobilismo, via pacífica para o socialismo, paz social, etc. É, tão somente, uma outra forma de "guerra", com um caráter completamente diferente do enfrentamento direto.

"... a estratégia de aliança privilegiada com o PFL por parte dos formuladores do neoliberalismo, tende a reforçar a base oligárquica do Estado brasileiro..."

"Enfrentar o neoliberalismo no plano da Universidade depende da nossa capacidade de organizarmos uma base social objetivamente prejudicada pelas transformações em curso..."

Parece-nos, em primeiro lugar, que a forte presença do Estado brasileiro na vida social, política e econômica enseja a opção pela "guerra de movimento". A frustração resultante das duas últimas eleições presidenciais demonstra isto: anos e anos de "acúmulo de forças" teriam credenciado o movimento social e popular a conquistar o "poder". Que tal "conquista" se desse via eleições era uma questão de circunstância política: o essencial é que a vitória eleitoral era entendida como o resultado lógico de um processo de isolamento do adversário na cidade do Estado, e que era chegado o momento do assalto final. Duas derrotas eleitorais entremeadas por um impeachment que não resultou em qualquer mudança qualitativa na correlação de forças devem, forçosamente, levar a uma reflexão que coloque em causa a visão estratégica que, implícita ou explicitamente, conduziu a ação política até então. Em suma, pensamos que a questão do poder na sociedade brasileira deve ser pensada não em termos de acúmulo de forças

para a tomada do Estado, num movimento de guerra convencional, e sim em termos de articulação das bases sociais que darão sustentação a um projeto alternativo de poder. A sociedade brasileira é suficientemente complexa e diferenciada para não mais aceitar soluções simplificadoras.

Num processo de articulação de bases sociais que sustentem um projeto alternativo de poder as lutas específicas assumem uma importância decisiva, desde que articuladas com a luta ideológica permanente que afirme a necessidade presente e a possibilidade atual desse projeto. Não se trata apenas da preparação ideológica das massas para um pretense momento decisivo, como se a guerra de posições "preparasse" a guerra de movimento, segundo a clássica visão difundida no período revolucionário da II Internacional, para a qual uma série sucessiva de greves parciais culminaria na greve geral para a tomada do poder. Trata-se de trazer a política para o cotidiano, disputando projetos ao neoliberalismo. Do contrário, a afirmação unilateral de interesses corporativos articulada à preparação para o "enfrentamento decisivo", tal como exercidas magistralmente pela atual diretoria do ANDES, gerará um vazio de discussão rapidamente preenchido pela "racio-

nalidade" imposta pelos ideólogos da eficiência administrativa.

Enfrentar o neoliberalismo no plano da Universidade depende, portanto, da nossa capacidade de organizarmos uma base social

objetivamente prejudicada pelas transformações em curso e capaz de, a partir dos seus interesses mais imediatos, se constituir numa base de sustentação de um projeto alternativo de Universidade que se oponha ao projeto governamental. É na perspectiva desta organização que a luta salarial nas IEES e IFES assume prioridade estratégica.

Assim, propomos que a ANDES assuma oficialmente a luta salarial nas IFES e IEES como prioridade na atual conjuntura, dado inclusive que a manutenção da isonomia salarial nas IFES em padrões minimamente recompensadores é condição sine qua non para resistirmos às mudanças previstas na PEC 370-A e no Decreto nº 2.207, transformações estas previstas para o curto prazo. Não será uma massa de docentes desmotivados e desmoralizados por níveis salariais aviltantes que resistirá a tais mudanças, nas quais procuram ver unicamente possibilidades de formas alternativas de remuneração do trabalho acadêmico.

Uma estratégia de luta salarial deverá se desdobrar em mobilizações da base docente articuladas à intervenção no plano institucional, particularmente no Congresso Nacional. Ambas as frentes de intervenção se fortalecerão mutuamente: não há possibilidades de engajamento da base docente sem uma perspectiva mínima de resultados concretos no plano salarial, e uma iniciativa no Congresso Nacional propondo a alteração da base salarial das IFES é a única possibilidade que te-

mos neste sentido; por outro lado, não há possibilidades de sucesso no plano institucional sem uma forte base de apoio nas universidades que estimule os congressistas a saírem do plano das formulações genéricas e tomarem iniciativas concretas.

Em segundo lugar, propomos que a Andes convoque um Seminário Nacional sobre Universidade Pública para meados do próximo semestre. A luta salarial nas IFES e IEES deverá estar articulada à retomada do debate sobre um projeto de Universidade capaz de se contrapor à estratégia governamental. Um projeto cujo perfil deverá guardar o essencial das formulações históricas da Andes em defesa do compromisso público de uma Universidade gratuita, democrática, competente e de qualidade, incorporando a necessária reinstitucionalização do trabalho acadêmico com

vistas à sua integração nos modernos processos de investigação e pesquisa, cujos padrões de competitividade internacionalizada são irreversíveis e constituem um avanço histórico objetivo. Esta retomada deverá se dar através de um debate público que responda às questões formuladas pelo próprio projeto neoliberal, ou seja, a questão do aumento da produtividade, da eficiência e da eficácia dos

métodos de gestão acadêmica, bem como do retorno social dos investimentos requeridos, porque é neste nível de debate que o neoliberalismo conquista seus adeptos. Demais, é no plano do debate e da luta por um projeto alternativo de universidade que contemple a questão maior da Autonomia que poderemos articular a base docente para o enfrentamento de propostas específicas do projeto de Reforma Administrativa em curso, especialmente no que diz respeito ao fim da estabilidade do serviço público e à reforma da Previdência.

"Não será uma massa de docentes desmotivados e desmoralizados por níveis salariais aviltantes que resistirá a tais mudanças..."

"A luta salarial nas IFES e IEES deverá estar articulada à retomada do debate sobre um projeto de Universidade capaz de se contrapor à estratégia governamental."

Texto de contribuição dos sindicalizados Renato de Oliveira - ADUFRGS; Dalton Macambira - ADUFPI; Anibal Moura - ASDUERJ; Eduardo Serra - ADUFRJ; Osmar Marchese - ADUNICAMP; Lino Castellani Filho - ADUNICAMP, ao XXXIV CONAD da ANDES-SN

UM FILHOTE DA

POLÍTICA DE DESMONTE DA C&T

Maria Cristina de Moraes

O Programa de Apoio a Núcleos de Excelência (Pronex) é a cara do governo FHC e de sua política descomprometida com a universidade brasileira. Não é de se admirar que a repercussão dos resultados da primeira etapa do Pronex no meio científico e acadêmico tenha sido tão avassaladora, do ponto de vista dos protestos dos excluídos, que questionam os critérios de aprovação dos projetos. Criado à semelhança do modelo francês de fomento à pesquisa – os “Laboratórios Associados” –, o Pronex é mais um item da proposta governamental rumo ao desmonte do Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia.

O objetivo é adequar o setor ao projeto neoliberal, redefinindo seu papel.

O Pronex avança na consolidação das “ilhas de excelência”, desvinculan-

do cada vez mais as pesquisas dos programas das Instituições de Ensino Superior e Institutos de pesquisa estatais. Reforça, ainda, o verdadeiro apartheid geográfico que marca o desenvolvimento científico e tecnológico no Brasil: 80% dos projetos aprovados ficaram concentrados no Sudeste do País, e apenas dois são de pesquisadores de três regiões (Norte, Nordeste e Centro-Oeste).

Mas a face mais perversa do Pronex é mesmo seu caráter excludente. Além de todas as limitações que impôs em suas normas de seleção de trabalhos – deixando fora inúmeras instituições –, as duas primeiras etapas do programa, somadas, perfazem um total de R\$ 55,6 milhões em recursos a serem liberados em menos de um ano. As outras inúmeras equipes de pesquisa que estão excluídas (e falamos de todas, não apenas das reprovadas no programa) terão de se contentar com financiamentos cuja

soma dos valores não atinge sequer o dobro desses R\$ 55,6 milhões – do CNPq e do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT). Quanto aos grupos emergentes, o Ministério da Ciência e Tecnologia ainda não definiu o montante a ser liberado, mas os cientistas concordam num ponto: vai faltar dinheiro.

Carente de recursos, a pesquisa científica no Brasil torna-se a cada dia privilégio de poucas instituições. O Pronex é mais um dos instrumentos do governo para desobrigar-se do financiamento do Sistema Nacional de C & T. A recente decisão de modificar os critérios de concessão de bolsas para pesquisa de pós-graduação é outra peça da mesma engrenagem: em lugar de incentivar os trabalhos desenvolvidos no seio das universidades e centros de pesquisa, o governo passa a eleger pessoas ou grupos para monopolizar os recursos.

O teor dos protestos dos pesquisadores excluídos do Pronex abre várias polêmicas quanto ao próprio programa e os critérios de seleção dos trabalhos.

Por exemplo, a exigência de que as pesquisas sejam apresentadas por grupos pode, segundo alguns, ter proporcionado o surgimento de “equipes fantasmas”, que teriam sido obrigadas a combinar num só projeto linhas diferentes de estudos. O sistema acaba repetindo os erros do “balcão” do CNPq, como lembrou o professor Jorge Guimarães, da UFRJ, para quem a aceitação de equipes institucionais já consolidadas poderia tornar os resultados mais coerentes com a realidade da pesquisa no país hoje.

Das 451 propostas que concorreram aos recursos do Pronex, apenas 77 conseguiram “passar na prova”, o que corresponde a 17,1% de aprovação. Sem questionar o mérito desses projetos e dos pesquisadores, podemos dizer que a aceitação contemplou a “nata” da elite da comunidade científica.

Outro questionamento da comunidade científica diz respeito aos recursos

do Pronex. O Ministério da Ciência e Tecnologia afirma que os R\$ 94,2 milhões (a serem distribuídos entre os pesquisadores aprovados, para desenvolverem seus projetos em quatro anos) não serão retirados de outros projetos. Mas como sempre é interessante checar o que o governo diz, aguardemos a divulgação da execução orçamentária do Ministério. É inaceitável que o Programa de Apoio a Núcleos de Excelência não tenha sido discutido com a sociedade, nem mesmo com a comunidade acadêmica e científica. A exemplo de outros projetos, sua definição ficou restrita ao interior de gabinetes. Devido à falta de transparência, seus critérios são, no mínimo, questionáveis. Só nos resta concluir: o Pronex é mais um filhote de uma política governamental voltada a atender os interesses do mercado, não tendo como meta o fomento aos programas de formação de pesquisadores, tampouco o desenvolvimento científico e tecnológico capaz de tirar qualquer país do atraso e da miséria.

Maria Cristina de Moraes é presidente do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Andes-SN) e professora do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da UFRN

“O Pronex reforça o verdadeiro apartheid geográfico que marca o desenvolvimento científico e tecnológico no Brasil.”

O BRASIL DO PRONEX

CENTRO-OESTE E NORTE:
Nenhum projeto aprovado

SUL: 16,9%
Rio G. do Sul: 13 projetos
Paraná: 3 projetos
Santa Catarina: 2 projetos

NORDESTE: 02,6%
Ceará: 1 projeto
Bahia: 1 projeto

SUDESTE: 80,5%
São Paulo: 30 projetos
Rio de Janeiro: 24 projetos
Minas Gerais: 8 projetos

A UNIVERSIDADE

Celso Arruda

O presente artigo correlaciona o Pronex com a busca permanente da excelência acadêmica que deve fazer parte das preocupações dos dirigentes universitários e propõe mecanismos de transformar essa busca em ações concretas e, ao mesmo tempo, imprimir novos critérios para racionalização das chamadas despesas correntes.

O Governo Federal lançou recentemente o Pronex - Programa de Apoio a Núcleos de Excelência, que basicamente consiste num processo de concentração dos escassos recursos federais destinados ao desenvolvimento científico e tecnológico em um número limitado de grupos de pesquisa que demonstraram empenho, competência, competitividade e capacidade de levar adiante importantes projetos de pesquisa em temas relevantes para a nossa sociedade.

Apesar das limitações e vieses que o Pronex ainda exhibe, o programa representa um avanço em relação a iniciativas federais anteriores, pois a comunidade científica foi, desde o início, envolvida no processo decisório e foram estabelecidos critérios objetivos e transparentes para escolha dos projetos, ao contrário das tenebrosas transações que marcaram os mega-projetos de eras passadas.

Mesmo considerando a validade da iniciativa, o Pronex significa uma espécie de confissão do mau estado da ciência no País, pois implica em assumir que, no mar da mediocridade geral, bóia um pequeno número de ilhas de excelência, a serem devidamente prestigiadas com as escassas verbas federais destinadas à pesquisa. Mesmo estas ilhotas artificiais estão sujeitas ao naufrágio, caso a instituição receptora dos recursos não lhes ofereça uma infra-estrutura laboratorial e gerencial mínima. Aqui na Unicamp a alta administração universitária teve o bom senso de isentar os projetos do Pronex de taxas administrativas. Em outras paragens o Pronex é criticado, seja por que não apareceram os suportes de contrapartida em suas instituições de origem, seja por dificuldades em gerenciar correta e legalmente os recursos recebidos.

Já os contemplados com os recursos do Recope - Redes Cooperativas de Pesquisa, mesmo aqui na Unicamp, ainda esperam que não

lhes cortem o pouco oxigênio suprido pela Finep-Financiadora de Estudos e Projetos, após os ajustes orçamentários realizados pela necessidade de atender um número maior de projetos e instituições.

É necessário reverter esse quadro de incertezas e improvisações, revolvendo as instituições de fora para dentro pela reintrodução do universal mecanismo do mérito acadêmico e científico, com todo o rigor que se faz necessário, a fim de não somente premiar a competência e a realização mas também para sacudir os acomodados. É necessário criar e incentivar a proliferação de Pronexes internos e permanentes, os quais, acoplados ao esforço de captação sistemática de recursos externos, poderão constituir poderosa alavanca para ampliar a excelência acadêmica e científica.

E deveríamos começar aqui, dando exemplo na nossa Unicamp, propondo que, já a partir do orçamento de 1998, um percentual dos recursos orçamentários (não inferior a 5%) seja reservado para financiar, associados a recursos externos, projetos que sejam apresentados por grupos de pesquisadores da universidade e selecionados por comissão qualificada e isenta, numa espécie de expansão e oficialização do já existente FAEP-Fundo de Apoio ao Ensino e a Pesquisa.

Isto sem inibir os empreendedores mais ouvidos ou independentes, que poderão continuar a buscar seus recursos em fontes externas para projetos do porte que lhes convierem, inclusive com suporte administrativo para gerenciá-los em melhores condições de taxaço do que se tem no presente.

Essa "poupança" interna de recursos seria investida, todo ano, nessa carteira de projetos propostos pelas unidades e selecionados por critérios transparentes e objetivos, trazendo consigo uma esteira de sub-produtos altamente desejáveis e necessários para a revitalização da Universidade, a saber:

a) Reintroduzir uma sadia competição interna por recursos, sempre lastreada na excelência das propostas e dos projetos, que já houve nos primórdios da Universidade, premiando os grupos mais capazes, e estimulando o fortalecimento daqueles estrategicamente necessários para atender áreas de importância social comprovada;

b) Remexer na acomodação acadêmica e científica que se abate sobre vários segmentos universitários;

c) Introduzir critérios objetivos e eficazes de avaliação inter e intra-unidades, deslocando o esforço avaliativo do pesquisador isolado para os grupos de indivíduos que militam em torno de uma mesma unidade ou um mesmo tema;

d) Liberar uma pressão legítima e necessária sobre os chamados gastos correntes da Universidade, fazendo com que, aos poucos, vá-se abandonando o "gasto pelo gasto", a inércia dos desembolsos automáticos, os quais passariam a se deslocar para os grupos acadêmicos e científicos potencialmente mais capazes, em proporção às necessidades geradas pela ampliação das atividades de ensino e pesquisa por meio dos projetos selecionados;

e) Permitir e facilitar a alavancagem de recursos externos, não somente pela alocação das necessárias e sempre exigidas contrapartidas, mas também pelo incentivo que representa à captação de fundos;

f) Reduzir drasticamente o "clientelismo acadêmico", ou seja, a peregrinação interna por verbas para pesquisas, equipamentos e materiais, hoje mais dependente que o desejável de habilidades e malabarismos burocráticos;

g) Definir uma política de atuação em pesquisa, cujo caráter social seja suficientemente explícito e consistente, inclusive para nortear os órgãos de fomento externos, que estão sempre ávidos por nos ouvir na hora de montar seus planejamentos de governo;

h) Estruturar um plano diretor para prover as instalações físicas destinadas para o ensino e a pesquisa compatível com as necessidades levantadas para atender este planejamento prévio, que é também estratégico.

É claro, mas convém repetir, que todo esse movimento tem de ser acompanhado por mecanismos bem mais ágeis e baratos de liberação e captação de recursos, mesmo em nível interno, para assegurar aos executores condições de projetar cronogramas físico-financeiros realistas e, assim, cumprir os compromissos assumidos perante os outorgantes (FAEP ou órgão externo).

Em relação aos recursos externos é necessário que as taxas cobradas pela Unicamp sejam revistas, permitindo a oficialização das prestações de serviço e desestimulando a clandestinidade propiciada pelas fundações que trabalham no mercado paralelo. A velocidade de tramitação dos processos, os caminhos a serem percorridos, as instâncias decisórias e as condições de redução ou isenção de taxas e quais percentuais serão cobrados devem obedecer critérios aprovados pelo Conselho Universitário e amplamente difundidos na Universidade de modo a não se caracterizar privilégios.

Lanço essas idéias ao debate, esperando com sinceridade que ele vingue e frutifique, para o bem da nossa Universidade e para o bem do País.

Celso Arruda é professor titular na Faculdade de Engenharia Mecânica da Unicamp

"...o Pronex significa uma espécie de confissão do mau estado da ciência no País..."



A SUCESSÃO

PARA A REITORIA

E AS REGRAS ELEITORAIS

O processo para a sucessão do atual reitor já começa a ser delineado, nomes de prováveis candidatos vão surgindo e com eles, a inevitável disputa tem início. O artigo do professor Raul Vinhas Ribeiro, da Faculdade de Engenharia Elétrica e de Computação, representante titular de docentes MS-4 no Consu em 1993, época em que foi realizada a tensa reunião onde foram aprovadas algumas alterações nas regras eleitorais para a escolha do reitor, faz uma breve análise deste período e mostra como o processo tal como está regulamentado hoje, ainda não livra totalmente os docentes de pressões por parte de diretores de unidades e da administração superior da Universidade. Para isso, ele propõe algumas mudanças nas regras em vigor para que o processo possa se tornar o mais transparente possível. O *Jornal da Adunicamp* também convidou o professor Arício Xavier Linhares, diretor do Instituto de Biologia e presidente da Comissão Organizadora que regulamenta o processo de consulta à comunidade para a escolha de reitor, para que escrevesse um artigo sobre o assunto. Depois de prontamente ter aceito o convite e se comprometido a entregar no prazo combinado, surpreendentemente, o professor comunicou, alguns dias depois, que não escreveria mais sobre o tema.

Raul Vinhas Ribeiro

Alguns meses antes da eleição do atual reitor, parte da representação docente encaminhou ao Conselho Universitário uma proposta de regulamentação da consulta à comunidade para o processo de escolha de reitor. O professor Vogt, reitor à época, encaminhou também sua proposta. Durante a reunião em que ambas foram submetidas à avaliação do plenário do Consu, dado o autoritarismo da reitoria na condução da discussão, a bancada docente decidiu que era mais tático retirar a sua proposta e tentar introduzir modificações na proposta da reitoria. O ponto fundamental para a representação docente era retirar as urnas das unidades e centralizar num único local de votação, embora houvesse outras questões também importantes. Mas o citado acima era considerado como fundamental.

A história das eleições na Unicamp mostra que existiam unidades em que diretores e a administração em geral exerciam grande pressão sobre os eleitores para que votassem nos candidatos da situação. Isto ocorria tanto em consultas para a escolha de reitor quanto, por exemplo, para a escolha de representantes de docentes e funcionários no Consu e mesmo em eleições de diretores. É preciso que se diga que isto ainda ocorre, embora em menor escala. Este ano recebemos informações, embora não possamos comprová-las devido ao temor dos queixosos de sofrerem represálias, que na última eleição para a representação docente no Consu, um diretor de unidade fez campanha por uma das chapas, durante todo o período de votação, dentro da sala de votação.

Além disso, as votações nas unidades permitiam identificar aquelas que teriam votado contra ou a favor do reitor eleito, criando uma situação de constrangimento e permitindo pressão adicional sobre os eleitores, com a argumentação de que a unidade poderia sofrer retaliações em caso de votar contra tal ou qual candidato.

A reunião do Consu que tomou essa deliberação foi extremamente tensa, com o reitor da época dirigindo os trabalhos de forma a torpedear qualquer proposta que tornasse o processo mais transparente e livre de pressões sobre os eleitores. Apesar disso, conseguimos centralizar as urnas em um único local de votação, à exceção da FOP em Piracicaba, Ceset/Cotil em Limeira e a área de saúde (FCM/HC).

A exclusão das urnas da área de saúde do local centralizado de votação foi uma manobra de última hora do reitor. Quem de alguma forma acompanhou a votação sabe como foi conduzido o processo eleitoral na área médica. Os

"... o processo eleitoral ainda pode e deve ser melhorado no sentido de torná-lo mais transparente e de fazer com que a vontade da comunidade apareça claramente..."

candidatos de oposição tiveram o acesso dificultado para fazer campanha no setor. Cartazes de campanha das oposições eram sistematicamente retirados pela administração da área de saúde. Mas é importante ressaltar que não interessa a ninguém esse processo de diferenciar docentes e funcionários, muito menos àqueles da FCM/HC. Obviamente, não se deve obrigar os eleitores de Piracicaba e Limeira a viajarem para Campinas para votar, mas é possível não identificar a origem dos votos da FOP e de Limeira misturando-os com os do campus, como faz a USP em seu processo eleitoral.

Uma proposta de que o segundo turno deveria ser feito com apenas os dois candidatos mais votados foi rejeitada, tendo sido alegado à época que o Consu deve encaminhar ao go-

vernador uma lista tríplice, embora, obviamente, a ordenação da lista seja feita no primeiro turno. O segundo turno tem como finalidade definir o candidato preferido da comunidade.

Achamos que o processo eleitoral ainda pode e deve ser melhorado no sentido de torná-lo mais transparente e de fazer com que a vontade da comunidade apareça claramente, tornando o eleitor livre das pressões da máquina administrativa. Visando este objetivo proponho as seguintes alterações no Processo de Consulta à Comunidade:

1 - Centralização em único local de votação no campus Campinas, mesmo que o processo seja eletrônico. Em Piracicaba e Limeira, fiscalização da comissão para que as urnas sejam localizadas em local indecifrável. As urnas deverão ser apuradas após os votos serem conferidos e misturados com os do campus Campinas para que a unidade não seja identificada, caso o processo de votação não seja eletrônico.

2 - No primeiro turno, ordena-se a lista da qual se retira os três primeiros nomes para comporem a lista tríplice. No segundo turno, entre os dois primeiros colocados, ordena-se a real preferência da Universidade.

3 - O colégio eleitoral deverá ser formado por professores e funcionários em exercício (não licenciados e não afastados); alunos de graduação regularmente matriculados em disciplinas, com matrículas não trancadas; alunos de pós-graduação matriculados em disciplinas ou em tese (não licenciados).

Raul Vinhas Ribeiro é professor da Faculdade de Engenharia Elétrica e de Computação

